

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.**

**Senhores acionistas,**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2019. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2018 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

**Perfil**  
 A Generali Brasil Seguros, controlada 100% pelo Grupo Generali, atua com seguros de pessoas, patrimoniais e massificados. No Brasil desde 1925, a Companhia foi a primeira seguradora estrangeira a chegar aqui. E, desde agosto de 2019, nossa Matriz encontra-se em um edifício moderno e sustentável na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. A Generali é um grupo italiano independente com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores companhias de seguro do mundo, presente em mais de 50 países. Com quase 7 mil funcionários e 61 milhões de clientes, o Grupo tem uma posição de liderança na Europa e presença crescente na Ásia e na América Latina. Em 2019, a Generali se destacou como melhor grupo mundial de seguros, segundo a lista "Empresas mais Conhecidas do Mundo", desenvolvida pela Forbes em colaboração com a "Statista", líder em análise de mercado e consumo global.

**Estratégia Generali**  
 O Grupo Generali lançou a estratégia "Generali 2021", com o objetivo de se tornar um parceiro de seus clientes para toda a vida, oferecendo soluções inovadoras e personalizadas graças a uma inigualável rede de distribuição. A estratégia baseia-se em três pilares que incluem iniciativas que contribuirão para o alcance das metas financeiras do Grupo: Crescimento Rentável; Gestão de Capital e Otimização Financeira; Inovação e Transformação Digital.

No Brasil, a estratégia da Generali está baseada em:  
 • Canais Tradicionais: crescimento sustentável no mercado nacional em canais tradicionais, através de corretores estratégicos para negócios em produtos individuais e de vida.  
 • Canais Massificados: estabelecimento de alianças e parcerias-chave, por meio de canais de venda alternativos, que permitem a distribuição em massa de nossos produtos com a utilização de meios digitais.

• Estratégia e Novos Negócios: investimento em modelos de venda que utilizam tecnologia de ponta para lançar produtos inovadores, mediante parcerias com diferentes setores de mercado.

**Desempenho Econômico**  
 As recentes surpresas positivas nos dados do PIB do Brasil aqueceram o debate sobre até que ponto o crescimento pode chegar em 2020. A melhora no humor do mercado e as reduções na taxa de juros ao longo do ano de 2019, que chegou ao menor percentual desde 1999, quando começou o regime de metas para a inflação, impulsionaram a sensação de recuperação econômica e, principalmente, de uma melhora futura, em período já considerado por muitos como pós-recessão.

Continuamos confiantes de que o PIB do Brasil trará resultados melhores em 2020 do que em 2019, no entanto, não compartilhamos as projeções mais otimistas, de uma aceleração mais acentuada, principalmente devido a fatores externos em potencial, como riscos de crises globais e guerras comerciais, em um período com baixo crescimento global. O Brasil ainda está em transição, passando de um modelo orientado pelo setor público para um modelo orientado pelo setor privado. Esperamos que o Brasil se beneficie do novo modelo quando a transição estiver concluída, devido à melhoria da alocação de recursos e ao maior crescimento da produtividade.

Finalmente, a recuperação do sentimento econômico e uma política monetária mais acomodatória devem impulsionar os gastos do consumidor e o investimento fixo, portanto, o setor externo provavelmente pesará sobre o crescimento. Além disso, o risco das reformas propostas não serem aprovadas (ou serem aprovadas de forma divergente das expectativas), pode prejudicar as perspectivas econômicas.

**Fontes:** Generali Brasil, BNP Paribas e Focus Economics.  
**Agradecimento**  
 Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

**A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
Circulante	1.080.238	868.132
Disponível	8.517	10.065
Caixa e equivalentes de caixa	8.517	10.065
Aplicações financeiras (Nota 5)	371.885	312.002
Quotas de fundos de investimento	371.885	312.002
Crédito das operações com seguros e resseguros	333.565	281.610
Prêmios a receber (Nota 6)	235.783	189.199
Operações com seguradoras	2.348	1.248
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	57.521	55.118
Outros créditos operacionais (Nota 11)	37.913	36.045
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 17)	260.713	180.639
Títulos e créditos a receber	6.249	22.792
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	5.231	21.424
Outros créditos	1.018	1.368
Outros valores e bens (Nota 8)	5.062	7.394
Empréstimos e depósitos compulsórios	41	23
Despesas antecipadas (Nota 9)	13.240	3.969
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	80.966	49.638
Não circulante	519.037	410.647
Realizável a longo prazo	215.638	154.393
Aplicações financeiras (Nota 5)	84.077	125.904
Títulos e créditos a receber	118.782	28.489
Créditos a receber	600	566
Prêmios a receber (Nota 6)	7.016	-
Outros créditos operacionais (Nota 11)	85.697	2.182
Outros créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	-	2.595
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	25.469	23.146
Outros valores e bens (Nota 8)	1.352	-
Despesas antecipadas (Nota 9)	5.295	-
Custo de aquisição de diferidos (Nota 10)	6.132	-
Investimentos	412	412
Participações societárias	353	353
Outros investimentos	59	59
Imobilizado (Nota 13)	7.800	3.569
Imóveis de uso próprio	169	172
Bens móveis	3.287	2.008
Outras imobilizações	4.344	1.389
Intangível (Nota 14)	295.187	252.273
Outros intangíveis	295.187	252.273
Total do ativo	1.599.275	1.278.779
<b>Passivo</b>		
Circulante	1.053.742	832.403
Contas a pagar	51.446	36.906
Obrigações a pagar (Nota 15)	13.007	12.844
Impostos e encargos sociais a recolher	15.449	13.396
Encargos trabalhistas	5.103	4.751
Impostos e contribuições	2.419	1.082
Outras contas a pagar	15.468	4.833
Débitos de operações com seguros e resseguros	227.469	166.055
Prêmios a restituir	1.879	1.239
Operações com seguradoras	6.659	5.603
Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	124.416	78.961
Corretores de seguros e resseguros	43.372	39.225
Outros débitos operacionais	51.143	41.027
Depósitos de terceiros (Nota 16)	18.695	13.364
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	755.562	615.005
Danos	513.599	446.462
Pessoas	241.963	168.543
Débitos diversos	570	1.073
Não circulante	35.464	34.885
Contas a pagar	2.868	15.699
Outras contas a pagar	-	13.380
Tributos diferidos	2.868	2.319
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	18.610	1.195
Danos	17.156	1.041
Pessoas	1.454	154
Outros débitos	13.986	17.991
Provisões para contingências (Nota 17)	9.906	9.484
Débitos diversos	4.080	8.507
Patrimônio líquido (Nota 22)	510.069	411.491
Capital social	1.513.401	1.371.177
Reserva de capital	10.238	6.213
Reserva de reavaliação	84	84
Ajustes de avaliação patrimonial	4.233	3.407
Prejuízos acumulados	(1.017.887)	(969.390)
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.599.275	1.278.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios emitidos líquidos	762.058	647.764
Variações das provisões técnicas	(100.074)	(11.096)
Prêmios ganhos (Nota 23)	661.984	636.668
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(448.477)	(395.215)
Custos de aquisição (Nota 26.a)	(163.012)	(132.405)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 26.b)	(48.902)	(17.126)
Resultado com resseguro (Nota 26.c)	45.863	2.134
Despesas administrativas (Nota 26.d)	(146.052)	(139.277)
Despesas com tributos (Nota 26.e)	(19.701)	(18.713)
Resultado financeiro (Nota 26.f)	64.920	46.717
Resultado operacional	(53.377)	(17.217)
Ganho (perdas) com ativos não correntes (Nota 26.g)	3.373	(814)
Resultado antes dos impostos e participações	(50.004)	(18.031)
Participações sobre o resultado	1.507	(1.118)
Prejuízo do exercício	(48.497)	(19.149)
Quantidade de ações	4.229.589	3.128.811
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(12,59)	(6,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(48.497)	(19.149)
Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Varição do valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	1.376	5.999
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(550)	(2.271)
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(1)
Total do resultado abrangente do exercício	(47.671)	(15.422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(48.497)	(19.149)
Ajustes para		
Depreciação e amortização	22.814	17.530
Constituição (reversão) de provisão para contingências	422	(6.152)
Ajuste na reavaliação de imobilizado	-	(1)
Reversão (constituição) de provisão para redução do valor recuperável dos ativos	13.172	(11)
Remuneração baseada em ações	4.025	2.928
Outros ajustes	(32.548)	-
Varição nas contas patrimoniais	(40.612)	(4.855)
Ativos financeiros	(4.074)	(27.489)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(58.418)	(26.917)
Ativos de resseguro	(80.074)	1.937
Créditos fiscais e previdenciários	16.193	4.688
Despesas antecipadas	(14.566)	847
Custos de aquisição diferidos	(31.328)	(9.727)
Outros ativos	(76.092)	(1.597)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.323)	9.880
Outras contas a pagar	11.347	4.915
Impostos e contribuições	(9.638)	(2.336)
Débitos de operações de seguros e resseguros	61.414	48.057
Outros passivos	(4.930)	4.717
Depósitos de terceiros	5.331	8.416
Provisões técnicas - seguros	157.972	(38.326)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(69.798)	(27.790)
Atividades de investimento		
Aquisição e venda de imobilizado e intangível	(73.974)	(37.386)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(73.974)	(37.386)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	142.224	65.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	142.224	65.000
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.548)	(176)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.065	10.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.517	10.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.177	50.000	3.285	85	(321)	(950.241)	358.985
Aprovação do aumento do capital - (Nota 22.1)	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 29/05/18	-	65.000	-	-	-	-	65.000
Aprovação do aumento do capital - (Nota 22.1)	65.000	(65.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações - (Nota 25)	-	-	2.928	-	-	-	2.928
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	3.728	-	3.728
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.149)	(19.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.371.177	-	6.213	84	3.407	(969.390)	411.491
Aumento de capital - (Nota 22.1)	-	142.224	-	-	-	-	142.224
Aprovação do aumento do capital - AGE 29/04/19	125.224	(125.224)	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento do capital - AGE 28/06/19	17.000	(17.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações - (Nota 25)	-	-	4.025	-	-	-	4.025
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	826	-	826
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(48.497)	(48.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.513.401	-	10.238	84	4.233	(1.017.887)	510.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)	
<b>1. Contexto operacional</b> A Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhora contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de Distribuição. Esta parceria inicialmente tinha duração de 20 anos, porém em dezembro de 2019 o contrato foi renegociado sendo adicionado mais 2 anos à vigência contratual e será reembolsado 40% do valor aportado inicialmente, corrigido monetariamente até a data da assinatura da renegociação contratual. Para mais detalhes deste e das demais parcerias vide Notas 9 (Despesas antecipadas) e 14 (Intangível). A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais. Também fazendo parte do contexto operacional da Generali no Brasil, em dezembro de 2019, a Assicurazioni Generali (Matriz italiana) adquiriu 30% do capital social do BMG Seguros.	<b>2.4. Base para mensuração</b> Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.
<b>2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras</b> <b>2.1. Declaração de conformidade</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"). A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 19 de fevereiro de 2020. <b>2.2. Continuidade:</b> A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.	<b>2.5. Disponível</b> Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. <b>2.6. Ativos financeiros</b> <b>2.6.1. Classificação</b> A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) <i>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</i> Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. ii) <i>Títulos disponíveis para a venda</i> A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes ou ativos não circulantes diante do seu vencimento ou da expectativa de venda destes ativos. iii) <i>Empréstimos e recebíveis</i> Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem “Prêmios a receber”, “Ativos de resseguro”, “Contas a receber” e “Demais contas a receber”. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* a cada data de balanço.

#### 2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras” no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

#### 2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.6.4. Impairment de ativos financeiros

##### i) Ativos negociados ao custo amortizado

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emiteo ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de recuperações e os riscos de inadimplência das contrapartes aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em Nota Técnica Atuarial.

#### 2.7. Ativos relacionados a resseguros

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Matriz, respeitando o limite de retenção junto a SUSEP. Nessa operação, a seguradora objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exige as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

#### 2.8. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, o qual deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos de 31 de dezembro de 2019 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, eram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no montante de R\$6.858 (R\$2.377 em 31 de dezembro de 2018).

#### 2.9. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais para melhoria de processos e pelos investimentos em aquisições de direitos de uso de canais de distribuição ou de carteiras de longa duração conforme nova estratégia da Companhia em investir em canais massificados. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos futuros maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição ou de carteiras de longa duração são amortizados de forma linear durante o período dos respectivos contratos ou proporcionalmente à produção, quando esta for a melhor forma de correlacionar a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros em linha com pronunciamento contábil CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

#### 2.10. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração nas carteiras de automóveis e vida/prestamista.

#### 2.11. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do mesmo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

A partir de janeiro de 2019, a Companhia, em conformidade com a circular SUSEP 575/2018, está classificando os salvados recuperados que ainda não estão disponíveis para venda, e suas respectivas provisões de redução ao valor recuperável, no ativo não circulante.

#### 2.12. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis (terrenos e edificações) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Conforme prazo de aluguel	
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

#### 2.13. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (CGUs).

#### 2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

##### 2.14.1. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos (“transitado em julgado”), caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.

##### 2.14.2. Passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em “provável”, “possível” ou “remota”.

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não ligadas a sinistros, apenas as ações com prognóstico de perda “provável” são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

#### 2.14.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

#### 2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

##### 2.15.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros.

##### 2.15.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuariário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

##### 2.15.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

##### 2.15.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a provisão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

##### 2.15.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

###### i) Processos administrativos

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

###### ii) Processos judiciais

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

O estudo é verificado periodicamente e não havendo alterações dos percentuais aplicados para o exercício findo de 2019, tendo como resultado as seguintes perdas históricas:

Perda provável	75% do valor em risco
Perda possível	50% do valor em risco
Perda remota	15% do valor em risco

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias, trabalhistas e cíveis não ligadas a sinistros), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

##### 2.15.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)

###### i) Ajustes decorrentes de IBNER

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

###### ii) Salvados e/ou ressarcimentos

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

A provisão contempla os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, é realizada com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

##### 2.15.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A metodologia de cálculo para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é realizada com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

##### 2.15.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

##### 2.15.9. DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

#### 2.16. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

#### 2.17. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.
- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

#### 2.18. Tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### 3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

##### a) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.

A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de Chain Ladder, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia nos últimos 12 anos (entre 2008 e 2019). A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada *pro rata die*, com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

##### b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

##### c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros, cosseguros e salvados

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros. Essas análises são revisadas periodicamente, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

##### d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

##### e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação



dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente, e/ou quando da prolatação de decisões judiciais, emissão de laudos periciais e/ou quaisquer outros atos judiciais que possam trazer implicações diretas no valor e na probabilidade de perda a serem considerados, por serem favoráveis ou desfavoráveis à Seguradora".

f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora  
 IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não adotou essa alteração na preparação destas demonstrações financeiras e não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Cabe destacar que até o momento a SUSEP ainda não aprovou os pronunciamentos CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, CPC 47 - Receita de contrato com o cliente, CPC 48 - Instrumentos financeiros, e o IFRS 17 - Contratos de seguros.

#### 4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as operações, para alcançar o sucesso organizacional. Seu principal objetivo é identificar a probabilidade e o impacto de eventos prejudiciais à Companhia e planejar para mitigá-los e/ou saná-los. Dessa forma, contribuiu para as áreas de negócios no planejamento das atividades, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e Compliance no que tangente a regulamentos, normas e políticas internas. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. O gerenciamento proativo visa aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos (oportunidades) e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos (ameaças).

São aplicados os conceitos de governança corporativa em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor econômico da organização, contribuindo para a qualidade da sua gestão, longevidade e proteção dos stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc. Assim, agrega valor à Empresa e contribui para sua sustentabilidade, envolvendo, e valorizando aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos, além de contar com o apoio da estrutura de Controles Internos e Compliance da Seguradora.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

#### 4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravio/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravio de 10%	(115.549)	(138)	(13)
Sinistralidade global	Redução de 10%	18.555	138	13

#### 4.1.1. Estratégia de subscrição

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultados a qualquer momento por qualquer um. Um *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

#### 4.1.2. Estratégia de resseguro

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico-chave de resseguro e o Resseguro do Grupo instrui o uso de resseguradoras preferenciais, com as quais o Grupo mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Matriz e o seu *rating* é considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro, sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados anualmente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático, de forma a obter uma participação na apólice original ou, riscos que são excluídos dos contratos. A colocação poderá ser feita diretamente com os resseguradores ou através de um corretor de resseguro, observadas as exigências legais e regulamentares.

#### 4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 23.

#### 4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolvem mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

#### 4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos que possuem relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "Generali Employee Benefits" (GEB).

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas de seguro e bilhetes prestamistas destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, cabendo destaque para o pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante.

#### 4.2.2. Seguro de automóvel

A Seguradora opera nos ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP). Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro, com sucursais e escritórios nas principais cidades do Brasil.

A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, sua última concentrada na modalidade de frotas. É disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões. Quanto à gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com maior segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora.

Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico-financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

#### 4.2.3. Seguro de ramos elementares

A Seguradora atua também nos ramos elementares com foco nos produtos Residencial, Empresarial, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores, Riscos Cibernéticos e Riscos de Engenharia.

#### 4.2.3.1. Multirriscos

A Seguradora oferece um rol de produtos denominados Multirriscos, que obedecem a tarifas próprias, conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada produto é composto de coberturas específicas, direcionadas para o atendimento das necessidades e proteção dos segurados, frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de uma cobertura básica (sendo uma conjugação de Incêndio/Queda de Raios/Explosão/Queda de Aeronaves), diversas outras coberturas adicionais que ficam a critério da contratação individual de cada cliente. Para básica estipula-se o Limite Máximo de Indenização (LMI), que corresponde ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens em caso de ocorrência de sinistro, consequentemente o nível máximo de exposição da seguradora para cada risco. Além disso, há possibilidade de estabelecer franquias diferenciadas, que podem variar de acordo com cada cobertura e visam uma coparticipação do segurado nos prejuízos indenizáveis.

• Riscos Nomeados e Operacionais: os Produtos Riscos Nomeados e Operacionais são distribuídos pelo segmento de "Global Corporate" da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes empresas e conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial). Este segmento atua nas mais diversas atividades existentes no parque industrial/comercial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício etc. Assim como nos Multirriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das necessidades de nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras. Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida pela base de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos relevantes, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições da vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, e vão se tornando personalizadas à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, tipo de construção, experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra Incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, "layout e boas práticas de "housekeeping", perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

O produto residencial conta ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *checkup* domiciliar etc.

#### 4.2.4. Riscos diversos

A Seguradora conta com outro produto de Ramos Elementares que é Riscos Diversos focado em Máquinas e Equipamentos. Nesta modalidade oferece uma com a cobertura básica para danos de causa externa e demais coberturas adicionais que ficam a disposição do cliente para contratação conforme o tipo de bem a segurar. O limite máximo é fixado pelo valor máximo de cada máquina ou equipamento e a análise de subscrição leva em consideração as características (móvel ou estacionário), tipo e local de operação, ano de fabricação, estado de conservação/manutenção e etc.

#### 4.2.5. Demais ramos

A Seguradora conta também com outros produtos de ramos elementares para o atendimento às necessidades de seus clientes, como por exemplo, seguro para Equipamentos e Máquinas (Riscos Diversos).

#### 4.2.5.1. Responsabilidade Civil ("RC")

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, visando proteger os danos involuntários a outras pessoas, relativos às operações do Segurado, sejam eles materiais ou morais. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, faturamento, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

#### 4.2.5.2. Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores ("D&O")

A Seguradora oferece aos Diretores e Administradores que assumem grandes responsabilidades na gestão de suas empresas, um Seguro que visa proteger o patrimônio pessoal dos mesmos, em caso da desconsideração da personalidade jurídica, quando legalmente responsabilizados por danos e prejuízos causados a terceiros. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, situação financeira, governança corporativa, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

#### 4.2.5.3. Responsabilidade Civil para Riscos Cibernéticos ("Cyber")

A Seguradora oferece um seguro que visa a proteção da privacidade e segurança digitais em razão de ataques cibernéticos às empresas dos mais diversos segmentos, cobrindo: Indenização por gastos dos vazamentos cibernéticos, custeio de advogados e expert em tecnologia, gastos com notificações aos indivíduos afetados, peritos para descoberta da causa do vazamento, lucros cessantes, entre outras coisas. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, a exposição de dados pessoais referentes ao segmento do cliente, a governança de TI e Segurança da informação, planos de contingência referentes à área de tecnologia, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, entre outros.

#### 4.2.5.4. Risco de engenharia

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básicas (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formatação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

#### 4.3. Risco financeiro

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria e Investimento da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

#### 4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

#### Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco *Fitch* e *Standard & Poor's* (S&P) para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e ativos *AMBEST, Moody's* e *S&P* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-	BBB+/BB	Sem rating	31/12/2019
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-	35	35
Fundo fixo	-	-	3	3
Caixa Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Bancos	8.003	476	-	8.479
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	34.135	58.135	-	92.270
<b>Quotas de fundo de investimento exclusivo</b>	-	215.528	-	215.528
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimento aberto	64.087	-	-	64.087
<b>Quotas de fundos de investimento público</b>	-	36.940	-	36.940
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	47.137	-	47.137
<b>Outras aplicações</b>	-	-	242.799	242.799
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-
<b>Ativos de resseguro</b>	50.440	-	-	50.440
Local	-	-	-	-
Admitido	5.571	-	-	5.571
Eventual	1.510	-	-	1.510
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>163.746</b>	<b>358.216</b>	<b>242.837</b>	<b>764.799</b>

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A-	BBB+/BB	Sem rating	31/12/2018
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-	12	12
Fundo fixo	-	-	-	-
Bancos	10.053	-	-	10.053
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	30.648	57.073	-	86.721
<b>Quotas de fundo de investimento exclusivo</b>	-	201.426	-	201.426
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimento aberto	23.855	-	-	23.855
<b>Quotas de fundos de investimento público</b>	-	20.336	-	20.336
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	105.568	-	105.568
<b>Outras aplicações</b>	-	-	189.199	189.199
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-
<b>Ativos de resseguro</b>	52.642	-	-	52.642
Local	-	-	-	-
Admitido	1.753	-	-	1.753
Eventual	723	-	-	723
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>89.026</b>	<b>327.330</b>	<b>275.932</b>	<b>692.288</b>

#### 4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

#### i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro em conjunto do departamento de risco e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobra de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

#### ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez.

Os passivos referentes as provisões técnicas, por regra SUSEP já estão sendo considerados a valor justo, sendo o saldo apresentado a melhor estimativa de desembolso financeiro.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alçada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	31/12/2019 Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	92.270	279.615	-	371.885
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	84.077	84.077
Caixa e bancos	8.517	-	-	8.517
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	333.565	85.697	419.262
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	260.713	-	260.713
Títulos e créditos a receber	-	6.249	116.445	122.694
Outros valores e bens	5.062	-	-	5.062
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	41	-	41
	<b>105.849</b>	<b>880.183</b>	<b>286.219</b>	<b>1.272.251</b>

	31/12/2019			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	13.007	-	13.007
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	227.469	-	227.469
Depósitos de terceiros	-	18.695	-	18.695
Provisões técnicas	-	755.562	18.610	774.172
	-	1.014.733	18.610	1.033.343

	31/12/2018			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	110.577	-	201.425	312.002
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	125.904	125.904
Caixa e bancos	10.065	-	-	10.065
Créditos das operações com seguros e resseguros	37.292	238.957	5.361	281.610
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	180.639	-	180.639
Títulos e créditos a receber	-	22.792	28.489	51.281
Outros valores e bens	7.394	-	-	7.394
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	23	-	23
	165.328	442.411	361.179	968.918

	31/12/2019			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	12.844	-	12.844
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	166.055	-	166.055
Depósitos de terceiros	-	13.364	-	13.364
Provisões técnicas	-	615.944	256	616.200
	-	808.207	256	808.463

**4.6. Risco de câmbio**  
A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo responsabilidade civil internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira. A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

**4.7. Risco de mercado**  
i) Gerenciamento de risco de mercado  
O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de commodities, taxas de juros e câmbio, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

ii) Controle do risco de mercado  
O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Dessa forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a cogeção do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que busca atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da cogeção da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de Value at Risk (VaR) e a liquidez.

Os ativos estão vinculados às reservas técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão registradas na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob a custódia do Banco Santander.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários, a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Teste de sensibilidade  
Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(44.892)	7	9
CDI	Redução de 25%	(52.458)	(8)	(10)

**5. Aplicações financeiras**  
Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante na B3 S.A., nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

**5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento**

	31/12/2019					
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo	Total de aplicações a valor de curva	Taxas contratas
I - Títulos para negociação						
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	92.270	-	-	92.270	21	92.270
Quotas de fundo de investimento exclusivo	-	-	215.528	215.528	47	215.528
Quotas de fundos de investimentos abertos	64.087	-	-	64.087	14	64.087
II - Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	36.940	36.940	8	36.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	47.137	47.137	10	40.977
Total	156.357	-	299.605	455.962	100	448.907

	31/12/2019					
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo	Total de aplicações a valor de curva	Taxas contratas
I - Títulos para negociação						
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	86.721	-	-	86.721	20	86.721
Quotas de fundo de investimento exclusivo	-	-	201.425	201.425	46	201.371
Quotas de fundos de investimentos abertos	23.856	-	-	23.856	5	23.856
II - Títulos disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	20.336	20.336	5	19.919
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	105.568	105.568	24	100.307
Total	110.577	-	327.329	437.906	100	432.174

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	371.885	312.002
Não circulante	84.077	125.904
	455.962	437.906

**5.2. Movimentação das aplicações financeiras**

	31/12/2018	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	31/12/2019
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	86.721	15.263	(15.687)	-	5.973	92.270
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LFT	201.425	767.803	(765.601)	-	11.901	215.528
Títulos Públicos						
Notas do tesouro nacional NTN-B	20.336	35.282	(24.196)	522	4.996	36.940
Notas do tesouro nacional NTN-F	105.568	-	(78.007)	854	18.722	47.137
Quotas de fundos de investimentos abertos	23.856	51.482	(14.656)	-	3.405	64.087
Outras Aplicações	-	169	(172)	-	3	-
Total	437.906	869.999	(898.319)	1.376	45.000	455.962

	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	31/12/2018
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	6.022	(9.237)	-	5.531	86.721
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LFT	216.150	405.975	(433.820)	-	13.120	201.425
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	18.850	-	(534)	740	1.280	20.336
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	61.831	37.103	(8.142)	4.938	9.838	105.568
Quotas de fundos de investimentos abertos	23.005	814	(1.405)	-	1.442	23.856
Outras Aplicações	-	177	(177)	-	-	-
Total	404.418	449.914	(453.315)	5.678	31.211	437.906

Em setembro de 2019, a Seguradora vendeu parcialmente seus títulos públicos em carteira com objetivo de realização de ganhos, totalizando R\$ 13.982 (R\$ 759 em 2018), registrados no resultado financeiro, conforme apresentado na Nota 26.f.

**5.3. Hierarquia de valor justo**  
A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	92.270	92.270	-	86.721	86.721
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	215.528	-	215.528	201.425	-	201.425
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.940	-	36.940	20.336	-	20.336
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	47.137	-	47.137	105.568	-	105.568
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	64.087	64.087	-	23.856	23.856
Total	299.605	156.357	455.962	327.329	110.577	437.906

**6. Prêmios a receber**  
**Composição dos créditos das operações com seguros**

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios a receber de segurados emitidos	224.094	165.038
Prêmios a receber de segurados - RVNE	37.165	32.496
Prêmios a receber de cosseguro aceito	12.660	14.546
	273.919	212.080
Redução ao valor recuperável	(31.120)	(22.881)
Prêmios a receber de segurados	242.799	189.199

Demonstramos a seguir o *aging-list* dos prêmios a receber:

	31/12/2019	31/12/2018
<i>Aging</i> de valores a receber	273.919	212.080
A vencer	171.295	130.770
De 1 a 30 dias	86.717	84.729
De 31 a 60 dias	27.751	16.576
De 61 a 120 dias	23.515	18.478
Superior a 121 dias	33.312	10.987

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos	102.624	81.310
De 1 a 30 dias	13.268	16.618
De 31 a 60 dias	13.980	7.894
De 61 a 120 dias	8.297	3.974
Superior a 121 dias	67.079	52.824

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:  
Saldo em 31 de dezembro de 2017

	31/12/2019	31/12/2018
Constituições	-	3.432
Reversões	-	(503)
Baixa (i)	-	(29.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.881	9.555
Constituições	-	(1.316)
Reversões	-	-
Baixa (i)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.120	31.120

(i) No ano de 2018, a Generali baixou os valores provisionados referentes as associações contra os respectivos valores a receber, não havendo efeito no resultado (maiores detalhes vide nota 17).

**7. Ativos e passivos de resseguros**  
**7.1. Operações com resseguradoras**

	31/12/2019					31/12/2018				
	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	13.404	200	2.552	(516)	15.640	7.695	-	618	(38)	8.275
De 31 a 60 dias	7.568	5	549	(101)	8.021	10.826	88	1.648	(131)	12.431
De 61 a 365 dias	17.878	3.445	5.858	(1.100)	26.081	19.508	6.623	4.349	(1.429)	29.051
Superior a 365 dias	6.450	5.785	4.446	(8.902)	7.779	5.096	6.005	3.189	(8.929)	5.361
	45.300	9.435	13.405	(10.619)	57.521	43.125	12.716	9.804	(10.527)	55.118

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	65.645	66.646
Inclusões	126.745	107.158
Liquidações	(124.250)	(108.159)
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018	68.140	65.645

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro:  
Saldo em 31 de dezembro de 2017

	31/12/2019	31/12/2018
Constituições	-	188
Reversões	-	(2.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.527	2.977
Constituições	-	(2.885)
Reversões	-	10.619
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.619	10.619

A metodologia da redução ao valor recuperável baseia-se em critérios atuariais, no conceito do desenvolvimento dos triângulos de *run-off* onde os fatores de desenvolvimento foram determinados a partir da combinação da data de pagamento dos sinistros e da data de referência, para a estimação dos créditos de resseguros a recuperar pendentes, considerando os últimos 48 meses de análise.

**7.2. Passivos de resseguros**

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios de resseguro cedido	149.953	95.423
Comissão	(25.537)	(16.462)
	124.416	78.961

**8. Outros valores e bens**

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Salvados (*)	8.608	(2.253)	6.355	9.686	(2.406)	7.280
Almoxarifado	59	-	59	114	-	114
	8.667	(2.253)	6.414	9.800	(2.406)	7.394

(\*) Salvados relacionados somente ao ramo de automóveis.  
Outros valores e bens

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	5.062	7.394
Não circulante	1.352	-
	6.414	7.394

**8.1. Salvados**

	31/12/2019	31/12/2018
De 1 a 30 dias	346	-
De 31 a 60 dias	883	1.162
De 61 a 365 dias	3.458	4.541</



(i) O valor de ganho judicial refere-se ao ganho de causa transitado em julgado referente ao questionamento dos expurgos inflacionários do PLANO VERÃO (ocorridos em janeiro e fevereiro de 1989) que seguiu-se à fase de apuração dos créditos tributários concluída em outubro de 2017, e que teve como critério a recomposição do lucro tributável, das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social recolhidos nos períodos e fatos geradores pertinentes, porém considerando os efeitos contábeis e fiscais com a inclusão das parcelas de correção monetária expurgadas com os índices de 42,72% e 10,14%, respectivamente, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, o que redundou na apuração de diferenças a maior recolhidas a títulos de IR e CSLL, que somadas em todos os períodos, perfazem um indêbitio tributário no valor total de R\$26.555, e que após início de compensação de tributos federais, perfazem o total de R\$2.297 em 31 de dezembro de 2019 (R\$21.041 em 31 de dezembro de 2018). O crédito a compensar foi transferido para o circulante devido a expectativa de compensação até o fim do próximo exercício.

### 13. Imobilizado

	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2019
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	60	-	-	(2)	58
Equipamentos de informática	841	1.406	(3)	(470)	1.774
Móveis, máquinas e utensílios	1.168	800	(167)	(288)	1.513
Beneficência em imóvel de terceiros	1.156	3.798	-	(811)	4.143
Outras imobilizações	233	708	(740)	-	201
	3.569	6.712	(910)	(1.571)	7.800
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	62	-	-	(2)	60
Equipamentos de informática	1.551	256	(5)	(961)	841
Móveis, máquinas e utensílios	1.379	115	(26)	(300)	1.168
Beneficência em imóvel de terceiros	1.720	239	-	(803)	1.156
Outras imobilizações	444	152	(363)	-	233
	5.267	762	(394)	(2.066)	3.569

### 14. Intangível

	Amor-tização anual	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas/ Impairment	Amorti-zação 31/12/2019	31/12/2019
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	20%	34.118	11.991	-	(9.185)	36.924
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	4,5%	162.043	-	(65.569)	(1.411)	95.063
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	26.688	-	(4.015)	(3.954)	18.719
Direito de uso canais de distribuição da TEM (iii)	5%	9.708	-	(9.750)	42	-
Direito exclusivo estipulação UNIVIDA (iv)	10%	5.600	-	-	(600)	5.000
Direito de uso canais de distribuição LASA (v)	20%	14.116	-	-	(2.849)	11.267
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo(vi)	7%	-	95.000	-	(2.111)	92.889
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine (vii)	8%	-	24.000	-	(1.175)	22.825
Direito de uso canais de distribuição XIS (viii)	17%	-	12.500	-	-	12.500
		252.273	143.491	(79.334)	(21.243)	295.187
	Amor-tização anual	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amorti-zação 31/12/2018	31/12/2018
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	20%	35.479	7.017	(132)	(8.246)	34.118
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	Pro-dução	163.610	-	-	(1.567)	162.043
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	31.630	-	-	(4.942)	26.688
Direito de uso canais de distribuição da TEM (iii)	5%	9.750	-	-	(42)	9.708
Direito exclusivo estipulação UNIVIDA (iv)	10%	6.000	-	-	(400)	5.600
Direito de uso canais de distribuição da LASA (v)	20%	-	14.383	-	(267)	14.116
		230.719	37.150	(132)	(15.464)	252.273

(i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG refere-se à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados a partir de 2017. Principal foco está relacionado ao público, aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato inicial era de vinte anos e o canal de distribuição composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$163.922 em 30 de setembro de 2016 e iniciou a amortização a partir de janeiro de 2017 com base no início das emissões e no fluxo projetado da produção ao longo do prazo do contrato. Em 29 de novembro de 2019 foi celebrado aditivo contratual, adicionando mais 2 anos ao contrato, além de ser acordada a devolução de 40% do valor aportado inicialmente "up front" no montante de R\$ 65.569, corrigidos monetariamente desde o início do contrato até a data da assinatura do aditivo, o que perfaz um montante R\$ 83.625 que foi registrado como Títulos e Créditos a Receber, no ativo não circulante. A partir de dezembro de 2019 a amortização passou a ser realizada de forma linear pelo prazo do contrato. Além disso, a matriz italiana Assicurazioni Generali, adquiriu 30% do capital social do BMG Seguros em dezembro de 2019.

(ii) O direito de uso dos canais de distribuição TIM refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi assinada no exercício de 2017. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$31.500 até dezembro de 2017, restando uma parcela de R\$3.500 (mais comentários vide nota 9) paga em janeiro de 2018. A amortização teve início em janeiro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo do prazo do contrato. Em 2019, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo e que indicou uma necessidade de impairment no valor de R\$ 4.015 em 31 de dezembro de 2019.

(iii) O direito de uso dos canais de distribuição da TEM se referia à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$9.750, porém em novembro de 2019 as partes optaram por não continuar com a operação, e por força do distrato, o valor aportado inicialmente será devolvido integralmente a Generali com correção monetária.

(iv) Refere-se a parceria firmada com a Univida Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, esta parceria inicialmente vigorará por 10 anos. O valor total da parceria é de R\$6.000, com valor de R\$3.500 pago em 2018 e seu saldo remanescente (R\$2.500) a ser pago até o final de 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (R\$4.200). Os impactos de ajuste a valor presente desta operação são irrelevantes.

(v) O direito de uso dos canais de distribuição LASA refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição para comercialização dos produtos Generali. A amortização teve início em dezembro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

(vi) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Novo Mundo para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. Foi aportado a título de "up front" o valor R\$95.000 em junho de 2019. O prazo de vigência desta operação definido em contrato é de 15 anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em setembro de 2019.

(vii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Banco Pine para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. Foi aportado a título de "up front" o valor R\$24.000 em maio de 2019. O prazo de vigência desta operação definido em contrato é de 12 anos A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em junho de 2019.

(viii) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição da Xis Internet para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. Foi aportado a título de "up front" o valor R\$12.500 em dezembro de 2019. O prazo de vigência desta operação está atrelado ao atingimento de metas definidas no contrato, estima-se que seja atingida em 6 anos. A amortização será realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual, porém encontra-se em fase de desenvolvimento em 31 de dezembro de 2019.

### 15. Obrigações a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Convenio DPVAT	146	62
Participação nos lucros a pagar	1.031	3.581
Assistência 24 horas	83	1.755
Fornecedores	3.572	2.579
Royalties	5.920	4.867
Aluguel a pagar	2.252	-
Outras contas a pagar	3	-
	13.007	12.844

### 16. Depósitos de terceiros

Composição do depósito de terceiro das operações com seguros	31/12/2019	31/12/2018
Áging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	7.575	6.034
De 31 a 60 dias	2.033	1.378
De 61 a 120 dias	2.745	2.217
De 121 a 365 dias	6.342	3.735
	18.695	13.364

### 17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Probabilidade de perda	Quantidade	Contingências fiscais			
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Valor depositado
Provável	5	457	-	-	-
Possível	6	7.053	-	10.063	9.463
Remota	-	-	-	-	-
	11	7.510	457	10.063	9.463
		Contingências trabalhistas			
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Valor depositado
Provável	22	1.210	1.210	400	409
Possível	12	2.330	-	96	92
Remota	12	3.460	-	11	-
	46	7.000	1.210	507	501
		Contingências cíveis			
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Valor depositado
Provável	402	8.239	8.239	4.510	3.470
Possível	573	22.473	-	553	598
Remota	637	22.099	-	221	46
	1.612	52.811	8.239	5.284	4.114
		Contingências sinistros			
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Valor depositado
Provável	523	34.283	26.707	8.109	7.274
Possível	383	34.957	17.478	268	534
Remota	1.809	230.908	34.636	1.238	1.260
	2.715	300.148	78.821	9.615	9.068

Referem-se, basicamente, a:

• Fiscais - refere-se a um processo relativo a parcelamento da COFINS deferido pela Secretaria da Receita Federal e a um processo de cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão, há também processos referentes às inconformidades na entrega de declarações acessórias à Receita Federal e um processo relativo à cobrança de PIS cujas perdas estão classificadas em 31 de dezembro de 2018 como possível, devido à jurisprudência do STF ocorrida em fevereiro de 2016 no sentido da inconstitucionalidade da exigência para as causas em referência. No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi notificada de processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil a respeito de créditos tributários de PIS e COFINS compensados através de DCTF em que não houve homologação devido à falta de comprovação do crédito, para estes casos os advogados definiram a estimativa de perda como provável.

• Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.

• Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável. No primeiro semestre de 2018 foi homologado acordo referente ação judicial movida em 2015 pela Newcorp Gestão S.A. ("Newcorp"), Cerâmica São Cristóvão e Milo Investimentos S.A., juntamente com a GBA Gestão de Benefícios Associativos e SFX Gestão e Serviços Ltda. que tinha por objeto a decretação da ineficácia e desconstituição das garantias reais e fidejussórias apresentadas pelos autores em favor da Generali, bem como indenização em razão da rescisão do Acordo de Estipulação firmado entre a Generali e a Newcorp. Para este acordo, a Newcorp se

comprometeu a pagar o montante de R\$3.250 em 36 parcelas a partir de 25 de abril de 2018 para a Generali (Pagos até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$1.936).

Também foi firmado acordo com a Sertta Tecnologia em ação movida em 2017 que tinha por objeto o pagamento de títulos executivos extra-judiciais, contrato de prestação de serviços, firmados entre a exequente e a Generali Brasil, sendo para este acordo, a Generali se comprometeu a pagar o montante total de R\$3.800, com valor integralmente pago até dezembro de 2019, registrado na rubrica de despesas administrativas.

• Sinistros - existem 2.715 em 31 de dezembro de 2019 (3.639 em dezembro de 2018) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 15% para as causas remotas, 50% para as causas possíveis e 75% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de sinistros a liquidar judicial direto	78.762	118.312
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguro	(221)	(390)
Provisão de sinistros a liquidar judicial DPVAT	7.671	7.573
IBNER Judicial	16.949	20.918
	103.161	146.413

### 17.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	447	1.587	7.450	-	958	14.678
Constituições/atualizações	12	909	2.669	447	1.181	4.331
Liquidações/baixas	(2)	(1.286)	(1.880)	-	(552)	(11.559)
No final do exercício	457	1.210	8.239	447	1.587	7.450

### 17.2. Movimentação dos depósitos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2019				31/12/2018			
	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	9.068	9.463	501	4.114	10.758	8.894	730	12.644
Constituições/atualizações	603	600	99	1.490	1.224	569	261	1.948
Liquidações/baixas	(56)	-	(93)	(320)	(2.914)	-	(490)	(10.478)
No final do exercício	9.615	10.063	507	5.284	9.068	9.463	501	4.114

### 18. Provisões técnicas

#### 18.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

Provisão bruta de resseguro	(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018

#### Automóvel/RCF

Provisões complementares de cobertura	6.858	2.377	-	-	6.858	2.377
Provisões de prêmios não ganhos	95.626	116.919	-	-	95.626	116.919
Sinistros a liquidar ADM	42.943	24.979	(149)	(1)	42.794	24.978
Sinistros a liquidar JUD	41.110	64.463	(1.933)	(5.682)	39.177	58.781
Sinistros ocorridos e não avisados	13.063	18.106	(59)	(122)	13.004	17.984
	199.600	226.844	(2.141)	(5.805)	197.459	221.039

#### Vida/acidentes pessoais

Provisões de prêmios não ganhos	13.394	4.638	(1.824)	(2.426)	11.570	2.212
Sinistros a liquidar ADM	35.698	20.606	(25.342)	(12.428)	10.356	8.178
Sinistros a liquidar JUD	35.208	43.121	(26.199)	(30.844)	9.009	12.277
Sinistros ocorridos e não avisados	41.183	38.354	(31.723)	(29.323)	9.460	9.031
	125.483	106.719	(85.088)	(75.021)	40.395	31.698

#### Prestamista

Provisões de prêmios não ganhos	101.566	55.810	-	-	101.566	55.810
Sinistros a liquidar ADM	7.724	2.882	-	-	7.724	2.882
Sinistros a liquidar JUD	108	190	(50)	(80)	58	110
Sinistros ocorridos e não avisados	8.536	3.096	(1)	-	8.535	3.096
	117.934	61.978	(51)	(80)	117.883	61.898

#### Ramos elementares

Provisões de prêmios não ganhos	96.659	34.838	(47.426)	(18.039)	49.233	16.799
Sinistros a liquidar ADM	118.601	65.061	(109.869)	(61.097)	8.732	3.964
Sinistros a liquidar JUD	20.062	31.066	(13.032)	(18.310)	7.030	12.756
Sinistros ocorridos e não avisados	3.710	3.034	(3.105)	(2.287)	605	747
	239.032	133.999	(173.432)	(99.733)	65.600	34.266



## 21. Provisão de sinistros a liquidar

### 21.1. Movimentação de sinistros a liquidar

	31/12/2019		31/12/2018	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
Em 1º de janeiro	261.751	(128.442)	133.309	176.915
Constituições/reestimativas	448.477	(179.896)	268.581	275.868
Liquidações	(422.306)	136.782	(285.524)	(345.643)
Atualizações	13.532	(5.018)	8.514	16.786
	301.454	(176.574)	124.880	123.926
DPVAT	9.155	-	9.155	9.383
	310.609	(176.574)	134.035	133.309

### 21.2. Aging de sinistros a liquidar

	31/12/2019		31/12/2018	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	39.983	(9.458)	30.525	30.525
De 31 a 60 dias	21.827	(6.913)	14.914	14.914
De 61 a 365 dias	78.766	(46.394)	32.372	32.372
Acima de 365 dias	170.033	(113.809)	56.224	56.224
	310.609	(176.574)	134.035	134.035
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	23.600	(4.338)	19.262	19.262
De 31 a 60 dias	14.872	(4.421)	10.451	10.451
De 61 a 365 dias	65.437	(41.255)	24.182	24.182
Acima de 365 dias	157.842	(78.428)	79.414	79.414
	261.751	(128.442)	133.309	133.309

## 22. Patrimônio líquido

### 22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$1.513.401 (R\$1.371.177 em 31 de dezembro de 2018), representado por 4.229.589 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (3.128.811 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018), detidas integralmente por acionistas domiciliados no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2017, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$50.000, com a emissão de 365.979 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.256.177 para R\$1.306.177, representado por 2.633.006 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 750 publicada no Diário Oficial da União em 25 de janeiro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$65.000, com a emissão de 495.805 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.306.177 para R\$1.371.177, representado por 3.128.811 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 991 publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$125.223, com a emissão de 965.482 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.371.177 para R\$1.496.400, representado por 4.094.293 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 219 publicada no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2019, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$17.000, com a emissão de 135.296 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.496.400 para R\$1.513.400, representado por 4.229.589 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 259 publicada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício	(48.497)	(19.149)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações em circulação	3.851.762	2.927.220
Prejuízo por ação em R\$	(12,59)	(6,54)

### 22.2. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido	510.069	411.491
Despesas antecipadas	(18.535)	(3.969)
Participações societárias	(353)	(353)
Obras de arte	(59)	(59)
Intangível	(295.187)	(252.273)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda	15.839	15.457
Patrimônio líquido ajustado - PLA	211.775	170.294
Capital-base - CB (a)	15.000	15.000
Capital risco de subscrição	81.212	76.151
Capital risco de crédito	20.747	18.583
Capital - risco operacional	3.024	3.298
Capital risco de mercado	23.911	30.637
Benefício da diversificação	(23.394)	(25.625)
Capital adicional de risco - CR (b)	105.500	103.044
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	105.500	103.044
Patrimônio líquido ajustado	217.925	170.294
(-) Exigência de capital - EC	103.044	103.044
Suficiência de capital - R\$	112.425	67.250
Suficiência de capital - % da EC	206,56%	165,26%
20% do capital adicional de risco - CR (b)	21.100	20.609
Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas	59.838	93.963
Liquidez em relação ao CR (b)	38.719	73.354

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital-base e o capital de risco.

## 23. Ramos de atuação da seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2019					
Automóveis/RCF-V	224.226	(190.245)	85	(37.623)	17
Vida - Acidentes pessoais	191.843	(142.694)	74	(48.733)	25
Vida - Prestamista	161.927	(36.213)	22	(60.816)	36
Demais	83.988	(79.325)	94	(18.828)	22
	661.984	(448.477)	67	(166.000)	25
Em 31 de dezembro de 2018					
Automóveis/RCF-V	282.440	(220.556)	78	(46.020)	16
Vida/acidentes pessoais	234.702	(118.234)	50	(48.678)	21
Vida - Prestamista	75.150	(15.151)	20	(30.182)	40
Demais	44.376	(41.274)	93	(7.525)	17
	636.668	(395.215)	62	(132.405)	21

## 24. Imposto de renda e contribuição social

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$ 988.363 (R\$960.856 em 31 de dezembro de 2018) e base negativa de contribuição social no montante de R\$994.835 (R\$966.839 em 31 de dezembro de 2018). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

## 25. Remuneração baseada em ações

Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali Brasil Seguros S.A., que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$10.238 (R\$6.213 em 31 de dezembro de 2018).

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê é composto por quatro membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que tem como objetivo garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Em 2019, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram:

**Auditoria Interna** – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2019; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

**Gestão de Riscos e Compliance** – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2019 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da Susep; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as atividades sob sua responsabilidade; (iii) foi informado sobre as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iv) foi informado sobre as atividades da Companhia para a prevenção à lavagem de dinheiro e a prevenção ao financiamento de terrorismo.

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da GENERALI Brasil Seguros S.A. - Rio de Janeiro – RJ

### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da GENERALI Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

### Responsabilidade da Administração

A Administração da GENERALI Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao tópico "Escopo da Auditoria", com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação

## 26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

### a) Custo de aquisição

	31/12/2019	31/12/2018
Comissão sobre prêmios emitidos	(151.470)	(122.661)
Comissão de agenciamento	(4)	(5.372)
Recuperação de comissões	1.009	572
Despesas com incentivo a produção e pro labore	(47.991)	(12.545)
Outras despesas de comercialização	(2.016)	(2.126)
Variação das despesas de comercialização diferidas	37.460	9.727
	(163.012)	(132.405)

### b) Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos assistência 24h	60.345	48.884
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	3.083	3.306
Outras receitas com Resseguro	-	1.755
Outras Receitas Operacionais	3.555	1.012
	66.983	54.957

	31/12/2019	31/12/2018
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência 24h	(43.428)	(39.253)
Despesas operacionais – seguros	(26.998)	(19.029)
Despesa com serviços de terceiros (i)	(26.063)	(13.055)
Provisão para riscos de créditos	(14.285)	(1.760)
Despesas com encargos dos corretores	(6)	(10)
Despesas com cobrança bancária	(3.817)	(4.697)
Lucros atribuídos	(499)	(1.507)
Provisões cíveis	(789)	7.228
	(115.885)	(72.083)
	(48.902)	(17.126)

(i) Tratam-se de serviços com regulação de sinistros e emissão de prêmios para os contratos do Banco BMG, LASA e TIM.

### c) Resultado com operações de resseguros

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	144.647	109.324
Participações em lucros	442	1.109
Despesas de sinistros	12.809	2.540
Variações de IBNR e IBNER	25.595	11.276
	183.493	124.249

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(166.323)	(125.489)
Variações despesas de resseguros	29.112	3.840
PCC Outras provisões sobre resseguro	-	(3.476)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa sobre resseguro	(93)	1.838
Provisão de excedente técnico de resseguro	(326)	1.172
	(137.630)	(122.115)
	45.863	2.134

### d) Despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal próprio	(73.351)	(73.674)
Despesas com serviços de terceiros	(22.929)	(23.071)
Despesas com localização e funcionamento	(40.929)	(30.988)
Despesas judiciais	(982)	(5.651)
Despesas com consórcio DPVAT	(3.140)	(2.695)
Outras despesas administrativas	(4.721)	(3.198)
	(146.052)	(139.277)

### e) Despesas com tributos

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões fiscais	(10)	(447)
Taxa de fiscalização	(3.189)	(2.614)
Despesas com PIS	(2.169)	(2.056)
Despesas com COFINS	(13.349)	(12.652)
Outras despesas com tributos	(984)	(944)
	(19.701)	(18.713)

### f) Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Operações de seguros e resseguros	1.327	3.032
Títulos de renda fixa	24.288	24.921
Ganhos com venda de títulos disponíveis para venda	13.982	759
Correção monetária com reembolso Up Front BMG	18.056	-
Correção monetária com reembolso Up Front TEM	510	-
Títulos de renda fixa - DPVAT	5.973	5.531
Outras receitas financeiras	713	4.518
	64.849	38.761

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	2.417	11.025
Outras despesas financeiras	(2.346)	(3.069)
	71	7.956
	64.920	46.717

### g) Ganhos (perdas) com ativos não correntes

	31/12/2019	31/12/2018
Receita distrato memorial internacional (i)	2.191	-
Receita (Despesa) pelo diferimento da recuperação de custos BMG	444	(796)
Outras receitas não correntes	738	(18)
	3.373	(814)

(i) Referente a distrato com a Memorial Internacional. Maiores detalhes vide nota 11.

## 27. Transações com partes relacionadas

A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.368 (R\$1.552 em 2018), as quais são benefícios de curto prazo.

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresas integrantes do Grupo, Assicurazioni Generali S.p.A., Generali Itália e Generali Espanha, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essas empresas compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registrados na rubrica "Custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros retidos".

A CEABS Serviços Ltda., uma investida indireta da controladora da Seguradora, Assicurazioni Generali S.p.A., presta serviços de instalação, desinstalação, ativação e desativação dos equipamentos de localização e rastreamento nos veículos dos segurados indicados pela Generali.

A Europ Assistance, uma joint venture entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.

Partes relacionadas
---------------------

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.** - Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tinham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Roberto Martorelli  
Contador CRC-1RJ106103/O-0